



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUANA KARLA ANDRADE MACÊDO

**CONSTRUÇÃO DA TEMÁTICA SUSTENTÁVEL EM UM CONTEXTO DE
RELAÇÕES DE PODER: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À CRIAÇÃO DOS
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

JOÃO PESSOA

2020

LUANA KARLA ANDRADE MACÊDO

**CONSTRUÇÃO DA TEMÁTICA SUSTENTÁVEL EM UM CONTEXTO DE
RELAÇÕES DE PODER: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À CRIAÇÃO DOS
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Gestão Ambiental

Orientadora: Profa. M^a. Lucila Gabriella Maciel Carneiro Vilhena

JOÃO PESSOA

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M141c Macedo, Luana Karla Andrade.
Construção da temática sustentável em um contexto de relações de poder [manuscrito] : da Conferência de Estocolmo à criação dos objetivos do desenvolvimento sustentável / Luana Karla Andrade Macedo. - 2020.
32 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2020.
"Orientação : Profa. Ma. Lucila Gabriella Maciel Carneiro Vilhena ; Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Princípio do desenvolvimento sustentável. 2. Relações de poder. 3. Objetivos do desenvolvimento sustentável. I. Título
21. ed. CDD 363.7

LUANA KARLA ANDRADE MACEDO

CONSTRUÇÃO DA TEMÁTICA SUSTENTÁVEL EM UM CONTEXTO DE
RELAÇÕES DE PODER: da conferência de Estocolmo à criação dos Objetivos do
Desenvolvimento Sustentável

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais.

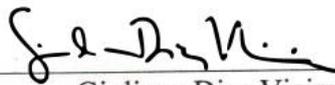
Aprovada em: 24/08/2020.

BANCA EXAMINADORA

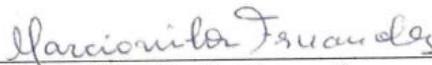
LUCILA GABRIELLA MACIEL
CARNEIRO
VILHENA:04753892476

Assinado de forma digital por LUCILA
GABRIELLA MACIEL CARNEIRO
VILHENA:04753892476
Dados: 2020.08.24 13:36:44 -03'00'

Lucila Gabriella Maciel Carneiro Vilhena (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Giuliana Dias Vieira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Marcionila Fernandes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Para B. (*in memoriam*), pelos quase
dezesete anos de dedicação e carinho,
DEDICO

AGRADECIMENTOS

De 2016 para cá, tive a sorte de ter em minha vida diversas pessoas que conseguiram tornar a difícil dinâmica da primeira graduação em algo mais divertido e leve. Nesses agradecimentos deixo uma lembrança para aqueles se destacaram e espero que se destaquem por muitos anos a virem.

O primeiro agradecimento deixo aos meus pais, Naélia Andrade e Williams Macêdo. Foram eles que utilizaram de todos os recursos possíveis para criar um caminho para minha formação acadêmica. Sem todos os anos de aprendizado provavelmente não estaria aqui.

Agradeço também à minha família de João Pessoa que me ajudou a encarar a nova fase em uma nova cidade. Deixo um agradecimento especial para minhas tias Tânia e Maria das Graças, ao meu tio Carlos e à minha avó Severina, que tão bem me receberam.

Para meus amigos, deixo um agradecimento especial a Juliana e Marina (*Winter* já se foi) que foram um grande ponto de calma para mim nos momentos difíceis e às moradoras do 2503C, Adriane e Anne, que não apenas dividiram apartamento comigo, mas me ajudaram a criar um lar, junto com nossos dois filhos felinos, LittleCato e Gav.

Por último, e tão importante quanto, agradeço a todos os professores e professoras que passaram por mim nesses quatro anos de graduação e que de alguma maneira, me enriqueceram em conhecimentos acadêmicos e de vida. E um agradecimento especial à minha orientadora, Lucila que, na reta final do curso, me direcionou ao estudo de um tema tão importante e interessante.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Comparação Idealismo x Realismo	13
Figura 2 –	Modelo retórico para discurso ambiental	18
Figura 3 –	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	24
Figura 4 –	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PODER E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
3	RELAÇÕES DE PODER E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	15
3.1	Relações de poder	15
3.1.1	<i>Discurso Ambiental</i>	17
3.2	Desenvolvimento sustentável	18
3.2.1	<i>O Princípio do Desenvolvimento Sustentável</i>	20
4	A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL SUSTENTÁVEL: DE ESTOCOLMO A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS's	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	30

CONSTRUÇÃO DA TEMÁTICA SUSTENTÁVEL EM UM CONTEXTO DE RELAÇÕES DE PODER: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À CRIAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONSTRUCTION OF THE SUSTAINABLE THEME IN A CONTEXT OF RELATIONS OF POWER: FROM THE STOCKHOLM CONFERENCE TO THE CREATION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT OBJECTIVES (SDGs)

Luana Karla Andrade Macêdo¹

RESUMO

O Estudo das relações Internacionais, desde a sua origem, já aborda a questão econômica conexa à política e conseqüentemente ao poder. O Século XX apresentou uma busca pelo chamado Desenvolvimento Sustentável, sendo esse um ponto de debate sobre essa política de poder entre as nações mais fortes economicamente e aquelas mais marginalizadas. Esse princípio do Desenvolvimento sustentável evoluiu e continua a evoluir em sua abrangência, somando ao seu conceito a marginalização da população, perdas de cultura e costumes, os quais entraram também como um objetivo a ser alcançado. A partir disso, esse artigo objetiva mostrar que por trás de toda homogeneização tida com o capitalismo real, há fortes relações de poder, os quais continuam a estagnar a criação de políticas mais eficazes, dessa maneira, é possível inferir que da Conferência de Estocolmo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, passamos por diversos debates e diversos levantamentos dessas relações de poder vigentes e sua forte influência na criação de políticas sustentáveis. Para isso, é através de pesquisa básica, qualitativa e com a utilização de análise de documentos e revisão bibliográfica que se é procurado defender um outro modo de enxergar os princípios do Desenvolvimento Sustentável e as Relações de Poder.

Palavras-chave: Princípio do Desenvolvimento Sustentável. Relações de Poder. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The Study of International Relations, since its origin, already addresses the economic issue related to politics and consequently to power. The 20th Century presented a search for the so-called Sustainable Development, which is a point of debate about this policy of power between the economically strongest and the most marginalized nations. The principle of sustainable development has evolved and continues to evolve in its scope, adding to its concept the marginalization of the population, losses of culture and customs, which also entered as an objective to be achieved. From this, this article aims to show that behind all the homogenization seen with real capitalism, there are strong power relations, which continue to stagnate the creation of more effective policies, in this way, it is possible to infer that from the Stockholm Conference to Objectives of the Sustainable Development of the UN, after several debates and diverse surveys of these current power relations and their strong influence in the creation of sustainable policies. For this, it is through basic, qualitative research and with the use of document analysis and bibliographic review that one seeks to defend another way of looking at the principles of Sustainable Development and Power Relations.

Keywords: Principle of Sustainable Development. Power relations. Sustainable Development Goals.

¹ Graduanda em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba - Campus V
E-mail: luanamacedo.ri@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade, desde o final do século XX, tem um papel central na discussão acerca do futuro da humanidade. Atualmente, na medida em que assistimos ao crescimento do processo industrial desordenado, esse tema ganha ainda maior destaque, já que interfere diretamente na qualidade de vida da população.

Com efeito, o quadro de desenvolvimento em que a sociedade entrou, com o capitalismo industrial, expõem mais fortemente suas consequências negativas, além de não respeitar o ciclo de recuperação que é próprio da natureza.

A partir da década de 50, é observada uma maior atenção e importância dada para acidentes/incidentes ambientais, iniciando, assim, uma discussão acerca da necessidade se repensar o modelo de desenvolvimento vigente, levando-se a construir uma ideia de Ecodesenvolvimento e, posteriormente, a noção de Sustentabilidade (SEIFFERT, 2007, p.6). Mas é apenas na década de 70, com a publicação do relatório "Limites do crescimento", feito pelo Clube de Roma e com a conferência de Estocolmo, os dois em 1972, que a temática da sustentabilidade se instaura nos termos que conhecemos.

Desse modo, a sustentabilidade acaba por interferir, de certa maneira, nos moldes de crescimento econômico vigente, deixa de ser uma discussão somente sobre crise ambiental e entra em uma trama socioeconômica que interfere diretamente nas relações de poder das nações. Em uma conjuntura capitalista, onde os anseios do mercado levam para uma expansão da produção e uma ameaça à natureza, o tema de sustentabilidade adentra um assunto de forte polêmica.

Assim, temas como Desenvolvimento sustentável, crise ambiental, entre outros, são mais frequentemente discutidos em sociedades desenvolvidas, o que faz com que exista uma forte polarização do assunto, onde os países em desenvolvimento culpam os países desenvolvidos pelos estragos atuais e pela suposta utilização do tema como um impedimento para o crescimento econômico de outras nações.

Tendo em vista a maior assimilação conceitual, uma maior consciência do fenômeno da sustentabilidade na contemporaneidade e uma tentativa de assimilar a discussão de sustentabilidade com poder político, este trabalho propõe compatibilizar os estudos referentes à sustentabilidade e governança ambiental com a discussão

política acerca da desigualdade social, averiguando a soma da temática sustentável de crescimento econômico e melhorias sociais à uma temática de submissão dos países em desenvolvimento sob os desenvolvidos, as relações de poder.

Dentro da temática de sustentabilidade e subdesenvolvimento, esse estudo procura focalizar na experiência de nações subdesenvolvidas na participação da construção de um ideal sustentável, bem como, sua atuação nas conferências de Estocolmo de 1972 até a de Nova York em 2015, a qual culminou na definição dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030.

A temática desenvolvimento sustentável desde a década de 90 vem tomando um forte espaço em discussões em todos os âmbitos. Passou-se a ver a sustentabilidade não mais apenas ligada à temática ecológica, mas também ligada à desigualdade, saneamento básico, acesso à educação, tecnologia, comércio, etc. Por isso, este estudo se situa em um momento onde esse debate merece ser enriquecido e ainda mais discutido. Como uma busca por mais informações, tanto em relação à própria natureza, quanto em relação a uma reflexão do esquema da sociedade globalizada atual, onde nos enquadrados.

Ademais, dentro de um estudo das relações internacionais, partindo do pressuposto teórico realista, não há uma possibilidade de divisão entre o âmbito econômico e o âmbito político, e assim, o objetivo das nações é maximizar seu poder. Dessa maneira cabe, também, a esse estudo, o objetivo de responder de que maneira o poder no sistema internacional teve influência e ainda influencia na criação da temática sustentável.

Através de um panorama transdisciplinar e da análise da maneira como a idealização da temática sustentável sofre influência do contexto de relações de poder, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o discurso sustentável e suas ressalvas acerca do modelo socioeconômico e assim apresentar uma visão da sustentabilidade, além de um alcance somente ambiental ou político, mas uma consolidação dos dois.

Este estudo trata de uma pesquisa descritiva, com uma natureza básica, sem uma aplicação prevista, objetivando envolver o leitor em uma nova abordagem na maneira de ver os princípios do desenvolvimento sustentável e as relações de poder. Para isso, é utilizado, também, uma abordagem qualitativa com interpretações e percepções visando chegar ao problema central deste estudo.

Por último, para chegar a uma boa estrutura e compreensão das ideias abordadas, são utilizadas como instrumentos a análise de documentos e a revisão bibliográfica, pensando em um bom embasamento teórico e uma boa análise de conjuntura junto aos autores estudados.

Assim, dividimos esta pesquisa em três sessões, a primeira, onde é tratado conceitualmente do início das Relações Internacionais como disciplina, levando para o primeiro debate, entre Realismo e Idealismo e então focando na visão do Realismo sobre poder, política e economia, que serão bastante utilizadas no decorrer do estudo. Na segunda sessão, que é dividido em relações de poder e desenvolvimento sustentável, objetivando adentrar diretamente no assunto. É utilizado de mais conceitos para uma explicação clara do que é defendido e para demonstrar de que maneira essas teorias se encaixam dentro do debate da sustentabilidade ou do princípio do desenvolvimento sustentável. Então, na última sessão, é utilizado de momentos históricos, as conferências, para explicar de que maneira a temática sustentável, como a conhecemos hoje, foi construída. Após todo esse aporte, trataremos das considerações finais para consolidação de todo assunto exposto.

2 PODER E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O fortalecimento das Relações Internacionais como disciplina ocorre no período Pós-Primeira Guerra Mundial, quando o mundo passava por um período de grande depressão e procurava-se estudos para prever e impedir novos confrontos de grandes proporções. Nesse momento o internacionalismo liberal (idealismo) ganhava maior destaque, principalmente após a divulgação dos enfáticos quatorze pontos de Woodrow Wilson (LACERDA, 2006), com o objetivo de atingir uma meta de paz após os horrores enfrentados com a primeira guerra.

Com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial e retorno dos fortes conflitos, o idealismo entrou em crise e em críticas, surgindo o realismo como uma opção de explicação e de estudo mais viável ao momento. E é com o debate entre Idealismo e Realismo, o primeiro grande debate, que a disciplina de Relações Internacionais iniciou seu desenvolvimento e reconhecimento.

O idealismo foi utilizado como guia para diversos políticos, o principal sendo Woodrow Wilson, presidente estadunidense que estava no poder durante a primeira guerra mundial. De maneira geral, essa teoria defendia o diálogo, o bom caráter do

homem em relação a resolução de conflitos através do diálogo pela ética e moral e as instituições internacionais como maneira de zelar pela paz.

Com fortes críticas a essa linha de pensamento, surge o realismo, referência dentro das Relações Internacionais no estudo sobre Política Internacional. Carr (1981), expõe as bases da teoria realista, sendo essa defensora do Estado como ator unitário dentro do sistema Internacional e o importante valor tanto do indivíduo que acredita na moral, quanto o indivíduo que acredita no poder, para a manutenção da sociedade.

Para teóricos realistas e principalmente para Carr, política e poder são indivisíveis, quem pensa ao contrário são utopistas e o que existe é a chamada, política do poder. Ele explica a explosão da Segunda Guerra Mundial através da defesa de que o único fator que manteve o período de 1910 até 1930 sem conflito, foi o monopólio de poder que algumas nações possuíam e com a quebra desse monopólio houve então a explosão do conflito que desencadeou na Segunda Guerra Mundial.

Sobre economia, Carr defende o poder econômico como um instrumento do poder político e afirma sobre como as nações modernas foram moldadas na medida em que foi surgindo uma nova classe média economicamente baseada na indústria e no comércio. Carr utiliza a exemplo do poder econômico andando lado a lado do poder político, o Imperialismo do século XIX. Neste exemplo a política e a economia seguiam em busca do mesmo objetivo. A primeira Guerra mundial, também, para o autor, foi um exemplo desse impossível divórcio entre as duas forças, durante o conflito, ferir o poder econômico da outra nação se transformou em um objetivo de guerra tão importante quanto vencer as tropas inimigas no campo de batalha.

As forças econômicas são, de fato, forças políticas. Não se pode tratar a economia nem como um acessório menor da história, nem como uma ciência independente à luz da qual a história pode ser interpretada. [...] A ciência da economia pressupõe uma dada ordem política, e não pode ser proveitosamente estudada, isolada da política. (CARR, 1981, p.153)

Figura 1 – Comparação Idealismo x Realismo

	Idealismo (ANGELL, 2002)	Realismo (CARR, 1981)
Política	<ul style="list-style-type: none"> O poder político não tem uma real interferência em relação ao bem-estar e na prosperidade da população. Este está diretamente ligado a uma interdependência econômica que acarreta na divisão de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Denominada de política de poder por esses dois termos sempre andarem juntos. A política é o comportamento dos homens dentro de grupos e era subdividida em Poder Militar, Poder Econômico e Poder sobre a Opinião.
Poder	<ul style="list-style-type: none"> Defende que a linha de pensamento de que a prosperidade da nação está ligada ao aumento do seu poder, propensão em defesa e ataque é uma ilusão. 	<ul style="list-style-type: none"> Indispensável ao governo e dentro da Política Internacional é necessário doses iguais de Poder e Moral. O Monopólio do poder cria um certo equilíbrio, mas a quebra desse monopólio pode levar a conflitos
Economia	<ul style="list-style-type: none"> A população é intrínseca ao comércio e para um país o dominar, seria necessário destruir toda a população, mas isso acarretaria em uma perda de mercado ao país dominador. 	<ul style="list-style-type: none"> É um instrumento do Poder Político e é interligado a política, sendo impossível uma separação. O progresso de uma civilização é ligado a acumulação do poder econômico.

Fonte: Elaboração própria

Concluimos assim, que diferentemente do defendido pela teoria idealista que vê como ilusão a ideia de aumento de poder estar ligado a prosperidade, os realistas focavam no Estado como principal ator e na importância da manutenção da política de poder para o estabelecimento de uma economia próspera e para o progresso de uma civilização. Dessa maneira, a quebra do monopólio de poder, como ocorreu na Primeira Guerra mundial, aparece para ilustrar o poder como é defendido pelos realistas.

O Realismo, diferentemente do idealismo, enxerga as nações em uma eterna relação de anarquia levando a um ambiente de disputa, onde cada nação busca maximizar seu poder em prol de sua existência. Esse poder é enxergado principalmente através da forma do Poder militar e a capacidade do Estado de

transformar recursos em um poder militar efetivo, mas é possível enxergar como ele também se alastra para o poder econômico e todas as maneiras como esse pode ser utilizado para imposição do poder político e assim a imposição do mais fraco sobre o mais forte.

Dessa maneira, a construção de uma temática sustentável pautada, principalmente, na modificação do sistema econômico vigente, fortemente industrial e expansionista, interpõe diretamente no poder econômico das nações que agora se veem em desenvolvimento, trazendo, então, para elas, através da construção do conteúdo sustentável, uma noção de boicote por parte daquelas nações já desenvolvidas. Ou seja, as nações desenvolvidas aparecem como sabotadoras das nações em desenvolvimento no momento em que penetra no poder econômico dessas.

3 RELAÇÕES DE PODER E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como o presente estudo tem o objetivo de abordar a ascensão do desenvolvimento sustentável, é preciso analisar o problema sob a ótica não apenas de uma crise ambiental, mas também pensar em todo o estilo de vida contemporâneo.

A questão ambiental emerge como uma contraposição ao capitalismo real vigente e sua tendência a homogeneizar o mundo e sua racionalidade de mercado (Leff, 2008, p.124). O questionamento a ser feito antes de uma análise das implicações dessa crise ambiental é em relação a tal homogeneidade propagada principalmente com a globalização a partir do século XX e toda sua "quebra de fronteiras". A quem serve essa isonomia? A que interesse esse responde? E, principalmente, a quem atinge essa mudança de dinâmica que a questão ambiental procura promover?

3.1 Relações de poder

Antes de mais, é preciso entender o que significa o poder. Nas palavras de Bobbio:

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos

e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão Poder calorífico, Poder de absorção). (1998, p.933)

Michel Foucault foi um filósofo francês, tido por alguns intelectuais (GIDDENS, 1998; MAURICIO, 2009) como pós-estruturalista, que trouxe diversas contribuições para o estudo filosófico e teve em suas obras, mudanças e influências sentidas pelo fortalecimento do capitalismo. Esse filósofo utilizou de diferentes ideias para romper os conceitos tidos na época, além de ampliar seu campo de estudo para a psicologia, sexualidade e outros. Uma das principais contribuições de Foucault ficaram no campo do estudo sobre poder ou, como ele afirmava, as relações de poder.

Em suas obras, o poder é visto por fora e estudado a partir de técnicas e táticas de dominação. Ele estuda as relações de poder como não sendo estático, procurando utilizar analogias e exemplos de imposição de poder dentro das sociedades europeias do século XVI e XVII, com a figura de poder em ponto central e implica sobre como a partir do final do século XVII e XVIII uma mudança de dinâmica é vista e uma nova visão de poder é mostrada, esse não mais como a figura física de um governante soberano, mas como "um sistema minucioso de coerções materiais" (FOUCAULT, 1977, p.166). Esse novo tipo de poder é visto como uma grande herança da sociedade burguesa e base primordial para a constituição do capitalismo industrial.

Em "O Nascimento da Biopolítica", Foucault se dedica a expor a construção e o entendimento do governo e da governabilidade. Em determinados momentos Foucault deixa claro a ligação existente entre economia e poder. O autor observa que a partir dos séculos XVI-XVII há uma mudança sobre a regulação do exercício de poder, indo para além da sabedoria e chegando através de cálculos, como: cálculo de força, cálculo de riquezas, cálculo dos fatores de poder etc. E, contribui ainda, com estudos acerca do neoliberalismo e como este sabe regular o exercício global de poder político "com base nos princípios de uma economia de mercado" (FOUCAULT, 2008, p.181).

Foucault pode ser utilizado como grande contribuição para esse estudo sobre relações de poder e criação da temática sustentável por trazer um conceito de relações de poder o qual muito nos interessa. Esse é visto na sua obra como dinâmico, acompanhando as mudanças das relações sócio-políticas e econômicas e seguindo a vontade do poder dominante.

Contemporâneo a Foucault, Edward Carr apresenta uma análise das relações dentro da sociedade internacional pautada dentro de um contexto de poder, onde, para o autor, o liberalismo, sendo forçado por países desenvolvidos que procuravam manter seu *status quo*, era implementado através da extinta Liga das nações. O autor trata ainda de expor a maneira com que ideologias liberais pautadas pelos detentores do monopólio de poder eram impostas a nações em diferentes estágios de desenvolvimento e necessidades. (CARR, 1981).

Dentro desse recorte, Carr apresenta a Liga das nações como um exemplo de fracasso dentro de uma sociedade internacional que limita ou até exclui a discussão de poder dentro das relações entre as nações. O autor propões, então, a política de poder como um assunto de grande importância de debate para um possível sucesso em qualquer temática.

É possível relacionar as mudanças nas dinâmicas de relações de poder a partir da ascensão das forças capitalistas dentro da realidade política, econômica e social com a ascensão de preocupações com a temática de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, a criação de políticas sustentáveis deve levar em conta o contexto onde as relações de poder no discurso se mostram efetivas. Toda mudança global alcançada principalmente pela ascensão contínua da tecnologia e da globalização mostram uma estrutura de poder econômico com as potências dominando as relações de poder.

Mathias argumenta, embasado nas obras de Gramsci e seu conceito de hegemonia, a relação entre a ascensão do neoliberalismo como um "aglutinador dos polos de poder mundial" (2015, p.71) desde a década de 70 com a predominância dessas potências em acordos internacionais. Ademais, a autora afirma sobre o sistema contemporâneo, onde é possível vislumbrar um jogo político regulamentado de maneira bem definida, mas ficando para os hegemônicos uma maior margem de manobra para possíveis violações. De resto, essa política de poder pode transpassar os limites econômicos, indo para o campo da organização política. (MATHIAS, 2015)

Nessa conjuntura, a gestão ambiental passa pelo desafio de se interpor. Por um lado, o sistema capitalista acaba por transformar as relações de poder ainda mais assimétricas e mais hegemônicas, indo em um caminho favorável para as grandes potências favorecidas. Por outro lado, o discurso sustentável, traz uma vertente de uma crise assomada pelo consumo sem freios dos recursos naturais, acarretando grandes destruições e riscos, sendo estes uma característica constantemente visto

no regime capitalista. Com isso, a gestão ambiental, indo por um lado benéfico para os hegemonos, precisa entrar em assuntos de questionamento do próprio regime vigente sem necessariamente trazer uma mudança nas relações de poder contemporâneo.

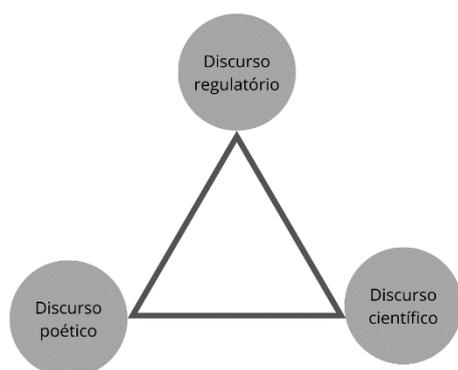
3.1.1 Discurso Ambiental

A procura para encontrar as relações de poder existentes dentro a criação do modelo de desenvolvimento ambiental vigente, deve passar por toda uma análise do discurso propagandeado por uns e compelidos a outros.

Hannigan (2009) traz assuntos acerca da formulação e divulgação do discurso ecológico, sendo este não apenas papel daqueles que detém o poder, mas também de meios alternativos, mas, por conclusão acabam os Estados ou outro atores de influência não sendo desafiados e ficam com quase todo o papel na criação e propaganda desses discursos. *Apud* Davison e Frickel (2004), Hannigan acrescenta como os encarregados do discurso ambiental também trazem consigo o poder de legitimar aqueles que podem realmente entrar no debate político acerca.

O modelo retórico para o discurso ambiental é mais uma tentativa de organizar como o discurso ambiental deve ser analisado. Nesse modelo, em forma de triângulo, a ponta de cima do discurso contém um círculo que representa o seu lado regulatório, isto é, aquele discurso propagado por instituições de maior poder e influência. Aqui a natureza é vista como um recurso; a ponta direita possui um círculo que representa o discurso científico, onde a natureza é vista como uma fonte de conhecimentos e os formuladores procuram se basear nesse ponto para as tomadas de decisões; e por último, na ponta esquerda, está o discurso poético, onde a natureza é tratada de maneira a trazer poder espiritual e como uma fonte de beleza e espiritualidade. Herndl e Brown trazem esses discursos não como excludentes, mas como sendo fontes onde as exposições dominantes costumam se misturar. (HANNIGAN, 2009, *Apud* Herndl & Brown)

Figura 2 – Modelo retórico para discurso ambiental



Fonte: Elaboração própria a partir de HANNIGAM, 2009

Hannigam também procura se embasar nas obras de Foucault quando afirma acerca do poder não ser uma instituição fixa em algum ator, mas, na verdade, ele está alinhado com as relações sociais. Desse modo, quando está ligado a atores formais, como o Estado, o poder não é apenas exibido na maneira da força direta, mas na “habilidade de moldar o processo de socialização”. Assim, o discurso seria importante para a manutenção desse poder. (2009, p.86)

3.2 Desenvolvimento sustentável

Para este estudo, é essencial trazer uma explicação acerca do conceito de desenvolvimento sustentável. Com essa temática em alta e sendo fortemente utilizada, acaba por se perceber um desvio e até ampliação no seu conceito.

Baroni (1992) já no início da década de 90, enxergou a necessidade de falar sobre o termo e as ambiguidades encontradas. Durante seu estudo, essa autora identificou dois grupos que trazem o atual conteúdo sobre o desenvolvimento sustentável, sendo o primeiro grupo os cientistas (tanto das áreas biológicas quanto de humanas), técnicos de governos e os políticos; e o segundo sendo os discursos dos organismos e entidades internacionais de destaques na área de meio ambiente. A autora cita também como não menos importantes mais fortemente destacado no atual momento do século XXI, as mobilizações e organizações sociais.

Sob o ponto de vista histórico, Baroni, traz ainda a origem do termo, de maneira mais ampla e oficial, na década de 80 com a apresentação do documento "estratégia de conservação Mundial", pela UICN, mas tendo forte julgamento por seu caráter ser

quase totalmente focado no meio ambiental, sem trazer uma estável crítica a ordem internacional, política e econômica vigente. Por fim em 1986 é adotado oficialmente a primeira definição de desenvolvimento sustentável:

Ao final, a definição de desenvolvimento sustentável adotada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) fica sendo: "desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades", de onde foi retirado o requisito estabelecido originalmente em 1986 na Conferência de Ottawa, a respeito da necessidade de equidade e justiça social para o desenvolvimento sustentável. (BARONI, 1992, p.16)

Seiffert (2007) traz uma grande contribuição e complementação para essa discussão com sua análise do conceito dado pela WCED, onde essa compreensão abre um espaço para interpretações de acordo com possíveis desequilíbrios entre os três eixos que regem o conceito: crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social. De maneira geral, a autora expõe como qualquer um desses eixos não trabalhado em conjunto com os outros, traz uma desvirtuação e uma manifestações de interesses próprios de grupos. Assim, a autora citada traz ainda uma conceituação mais atual e vigente na contemporaneidade, trazendo assuntos que ganharam ainda mais destaque com a globalização e com o crescimento de estudos mais fora da mentalidade hegemônica. Estes são o equilíbrio dinâmico da sustentabilidade sendo seis pressupostos necessários: o social, o cultural, o ecológico, o geográfico, o econômico e o tecnológico.

Outro autor que trata sobre a sustentabilidade é Elimar Pinheiro do Nascimento (2012, p.51) que enxerga através de duas óticas. A primeira é pela visão da biologia, onde é levado em conta a resiliência dos ecossistemas frente às agressões antrópicas. A segunda é vista sob o olhar da economia "como adjetivo do desenvolvimento". O autor expõe também as disputas interpretativas que o Desenvolvimento Sustentável traz e como o domínio dessa "polissemia é expressão maior desse campo de forças."

Em suma, esses autores acima citados exemplificam as dualidades encontradas dentro do debate acerca do termo sustentabilidade. Onde o conceito mais aceito até hoje foi o criado a partir da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) em 1986, mas que ainda apresentam lacunas e demandas

serem referidas. Ademais de existirem grandes dificuldades existentes em se encontrar um consenso dentro de um sistema internacional diversificado.

3.2.1 O princípio do desenvolvimento sustentável

O Direito Internacional pode servir como um dos propósitos fundamentais, podendo ser um "instrumento de poder", um regulador de interesse recíprocos ou um instrumento de cooperação. A lei do poder é observada no meio das comunidades inorganizadas.

Antes da criação de organizações internacionais que procuram regular relações, o Direito Internacional aparecia como um instrumento de política internacional, além de ser utilizado a força unilateral como maneira a impor, sendo isso, então, considerado uma "política de forças". Com a não existência de outros dispositivos de regulação, o Direito Internacional pouco tinha a fazer em relação a possíveis abusos vindos de uma estruturação da sociedade internacional baseada na "lei dos mais fortes." (QUEIROZ, 2009)

A partir de 1919 em diante iniciou-se uma procura por ordenamento nas Relações Internacionais, sendo iniciado um "sistema de reciprocidade" relacionado a interesses em comum e se direcionando para o "direito de coordenação", com o pressuposto de acabar com a "lei do poder", fugindo de uma dinâmica de única e exclusivamente Estados soberanos.

As organizações internacionais, dotadas de estruturas permanentes e derivadas do Direito internacional, aparecem como desenvolvimento da sociedade, não explorando desigualdades entre posições de poder e sim procurando instrumentos para coordenar as relações entre os sujeitos de direito internacional (QUEIROZ, 2009).

Já no século XIX e XX, a sociedade internacional vê um crescimento no seu número. As organizações Internacionais passam a se preocupar com os mais diversos temas, levando a uma universalização, oferecendo ao direito internacional diversos instrumentos. A Carta da ONU é o exemplo mais claro, sendo esse baseado na cooperação internacional e na manutenção da paz, segurança e justiça internacional (QUEIROZ, 2009).

Ainda no estudo acerca da validade do conceito de desenvolvimento sustentável, Carla Amado Gomes (2018), avoca o assunto para o lado do Direito

Internacional, saindo da discussão do âmbito civil e entrando no âmbito da validação do "princípio do desenvolvimento sustentável" com a necessidade de reconhecimento à sua normatividade pela prática e jurisprudência.

A autora questiona o conceito ou princípio do desenvolvimento sustentável e se há alguma utilidade para o Direito Internacional do ambiente ou se seria apenas mais um bordão utilizado para fins políticos. O primeiro ponto analisado desponta acerca do surgimento do próprio termo e as variáveis existentes para o entendimento desse. Mesmo com conceito promovido oficialmente pela Comissão para o Ambiente e Desenvolvimento, em 1983, mas já citado em 1972 em Estocolmo, foi apenas a partir do Rio 92 que o princípio começa a mostrar as bases que conhecemos hoje, isto é, com um caráter fortemente econômico. Ademais, a Rio 92 fez surgir um forte debate relacionado ao questionamento do que seria o desenvolvimento sustentável, por sua declaração trazer o objetivo que deveria se mostrar com maior destaque da proteção ambiental submissa a um domínio econômico.

Dessa maneira, a Rio 92 acaba por trazer um impasse. Não se encontra um consenso acerca do conceito e o Desenvolvimento Sustentável não pode ser visto como um princípio na comunidade internacional, sendo descrita pela autora *apud* Pallemarts (1998), como uma confusão semântica entre os conceitos de “proteção do ambiente”, ‘desenvolvimento sustentado’, ‘desenvolvimento’ e ‘crescimento econômico’.

Acerca das relações de poder e da influência do modelo capitalista no desenvolvimento sustentável, a autora tem a dizer:

O desenvolvimento sustentável, paladino as aspirações dos Estados em desenvolvimento por um modelo de bem-estar que disfarça de boas intenções a reprodução do modelo capitalista do hemisfério norte, acabam por neutralizar a defesa do ambiente perante a vertigem do crescimento económico. (p.27)

Com toda politização do termo, subjugando a sustentabilidade em prol do desenvolvimento, a autora conclui a inaptidão do conceito de desenvolvimento sustentável em se tornar um princípio do Direito Internacional consistente e confiável. A autora comenta, também, sobre a necessidade de “contextualização dos critérios de operacionalidade do Desenvolvimento Sustentável” (p.33) expondo uma necessidade de normatização jurídica. Isso porque esse conceito acaba por cair em

meios a interpretações e servir à vontade de certos interesses econômicos, sociais e ambientais existentes. Essa indefinição é posta como algo a resumir o Desenvolvimento sustentável a uma “meta-princípio” procedimental e não acional.

4 A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL SUSTENTÁVEL: DE ESTOCOLMO A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS's

A conjuntura existente desde o primeiro sinal de organização das nações em prol de um Desenvolvimento Sustentável já trazia fortes relações de submissão entre as nações desenvolvidas e as em desenvolvimento. O sistema capitalista aglutinava as vontades desses primeiros e imponha sobre os segundo.

Carr - em Vinte anos de crise - e Foucault - em Microfísica do Poder e Nascimento da biopolítica - muito nos dizem sobre a criação de uma agenda internacional, onde o liberalismo se mostra como uma fonte de poder para aqueles países desenvolvidos. Sendo esse poder não estático, mas dinâmico e sempre em adaptação às necessidades dessas nações.

Mesmo com preocupações ambientais e consequências advindas de chuvas ácidas e poluição ganhando destaque desde a década de 50, somente em 1972 foi realizado a primeira conferência global, a Conferência de Estocolmo. Esta ocorreu em meio de divisões claras entre países desenvolvidos, que se mostravam como preocupados com as futuras gerações e com a qualidade de vida de sua população; e os países de "terceiro mundo" que receavam receber restrições que atrapalhasse o desenvolvimento do seu próprio país e que traziam a pobreza e a crise econômica também como problemas a ser lidado dentro do conceito de Desenvolvimento Sustentável (NASCIMENTO, 2012).

Nessa Conferência, foi constatado, principalmente, a falta de dados confiáveis sobre a degradação ambiental. A partir de então, iniciou-se assim um movimento dos governos nacionais para a criação de agências especializadas na parte ambiental dentro de seus territórios, concomitante a ONU criou a comissão Mundial sobre Meio ambiente (CMMAD) com objetivos relacionados à agenda global ambiental.

Assim como ocorreu em Estocolmo, a Rio 92 insistiu no caráter social da noção de desenvolvimento, colocando o combate à pobreza como um dos principais meios de se chegar no real desenvolvimento sustentável, ficava então a necessidade de se enfrentar a desigualdade internacional. Dos resultados mais importantes dessa

conferência, ficaram a criação da Convenção da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas e a Agenda 21.

Por outro lado, a Convenção da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas resultou no Protocolo de Kyoto, o qual procurava criar um compromisso com os países desenvolvidos para que estes reduzissem a emissão de gases do efeito estufa e acabou expondo as fortes contradições entre esses países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Fato ainda mais notado com a negação dos Estados Unidos em assinar o protocolo.

Outro destaque dessa convenção foi a criação da Agenda 21. Esta conteve a assinatura de pelo menos 178 governos participantes das Nações Unidas e consistia em um plano de ação com 40 diretrizes divididas em quatro sessões, sendo essas: Dimensão Social e Econômica, Conservação e Gestão de Recursos para o Desenvolvimento, Fortalecimento do Papel de Grandes Grupos e Meios de Implementação. Com isso, foi criado a Comissão de Desenvolvimento sustentável (*The Commission on Sustainable Development*), como ferramenta para monitorar a implementação das diretrizes nos níveis nacionais, regionais e internacionais.

A Agenda 21, voltou a ser reafirmada na Rio+10, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorreu em Johannesburgo, África do Sul, em 2002 e contou com um maior engajamento de chefes de Estados e de Governo, além da participação mais ativas da própria sociedade civil com líderes de organizações não-governamentais e empresas.

Em 2012 ocorreu também a RIO+20, vinte anos após a primeira conferência sediado no Brasil. Com mesma localização da conferência de 92, a RIO+20, procurou apaziguar o clima em relação aos países em desenvolvimento e os desenvolvidos, focando o ser humano como principal ator e por isso fortalecendo as bases para a luta contra desigualdade, além de se instigar nos Objetivos do Milênio e suas três bases: ambiental, econômica e social, e tendo como documento final *The Future We Want*, que estabeleceu pontos em comuns decididos durante a reunião e os esforços que as comissões presentes se comprometiam.

Ainda dentro do objetivo de sustentabilidade, dois anos antes da conferência Rio+10, chefes de Estados e altos representantes de 191 países adotaram Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), durante a 55ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. O abarcamento dessa temática na época tinha como objetivo englobar o desenvolvimento sustentável à globalização e tornar

essa uma aliada nesse objetivo, tentando escapar das consequências negativas que a globalização poderia trazer com a desigualdade (ROMA, 2019).

Ao todo, foram definidos oito ODM's, com 21 metas no total, focadas no combate a fome, a pobreza, a saúde, educação, meio ambiente, igualdade de gênero e saneamento. Os ODM's seriam monitorados até 2015, sendo avaliado os progressos e repensados.

Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: ODM Brasil

Os ODM's e o documento final produzido na RIO+20 foram os percussores dos, hoje, tão divulgados e instituídos, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2015 mais de 190 líderes mundiais se encontraram na cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento, na sede da ONU em Nova Iorque. Os objetivos eram a avaliação dos ODM's e a criação de uma nova agenda.

Os ODS's consistem, portanto, em um plano de ação dividido em cinco categorias: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Possui 17 objetivos divididos em metas, sendo essas 169 no total. Este documento procura aplacar as fortes disputas e diferenças entre os países mais pobres e os mais ricos. Em determinado momento da discussão sobre o desenvolvimento sustentável, os países mais pobres começaram a ser mais apontados como culpados pela degradação ambiental, mas em resposta, estes demonstravam suas insatisfações em serem coagidos a diminuir seu desenvolvimento em prol daqueles que já haviam passado por todas aquelas fases.

Figura 4 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil

Neste contexto, os atuais objetivos enfrentam fortes desconfianças, mas procuram se infiltrar dentro das nações, sendo os governos nacionais responsáveis pelos estudos e pela implementação dos objetivos na maneira necessária e possível. No Brasil o Decreto nº8.892, de 27 de outubro de 2016, criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento sustentável (CNODS) que ficou responsável por essa implementação no país.

Quando se estuda o Desenvolvimento Sustentável, são três as dimensões mais aceitas e discutidas dentro da própria literatura: a dimensão econômica, a social e a ambiental. Mas o estudo somente dessas dimensões subjuga os aspectos do poder, algo que não pode ser subestimado já que mexer com os padrões de produção e consumo de uma nação é mexer diretamente em sua política de poder. (NASCIMENTO, 2012)

O que é visto durante toda a história da construção da temática sustentável é uma tentativa de despolitização do tema. É utilizado de mais participação ativa de organizações governamentais e multilaterais, sociedade civil e empresariado, como maneira de omitir a assimetria de poder. Independente do deslocamento do foco da transformação social, com maiores participações de movimentos culturais e políticos, a esfera da política de poder não pode ser subestimada, como se não fosse um fator de grande importância para transformar o desenvolvimento sustentável em uma política ativa e relevante e não apenas mais uma propaganda para agradar os espectadores.

Em parte, isso se deve ao fato de que a questão da sustentabilidade coloca no centro do debate interesses de natureza geral e não aqueles específicos de grupos ou classes sociais. Isso escamoteia a assimetria de poder no âmbito da sociedade. (NASCIMENTO, 2012. p.55)

O discurso utilizado na construção da matéria da “Ecologia política” apresenta as relações de poder existente e não apenas aquele poder efetivado nas instituições, como o Estado (Foucault, 1977). Hannigan, *apud* Goldman e Schurman (2000), mostra que os estudos feitos com intenção de analisar criticamente tais discursos evidenciam dois caracteres desses: o primeiro na compreensão da relação entre os discursos alternativos e os discursos dominantes; o segundo como maneira a expor as relações de poder, propriamente ditas, no rol da conservação global (2009).

Todas essas conferências foram marcadas por participações expressivas de diversas nações e é observado como pontos em comum durante todas as conferências e decisões tomadas ao longo dos anos, a busca dos países subdesenvolvidos em reivindicar o caráter social da pauta sustentável e reivindicar suas necessidades específicas dentro de imposições generalizadas.

Desde as primeiras resoluções até a construção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em 2015, muito se é visto de um caráter não específico, principalmente para as nações menos desenvolvidas. Todos esses Estados subdesenvolvidos possuem especificidades dentro de suas dificuldades e dentro até mesmo de sua maneira de viver em sociedade, que de diversas maneiras dificultam o cumprimento das metas estabelecidas.

Mesmo “democratizando” mais a construção de metas, o estabelecimento dessas decisões não pode ser pautado em um contexto de omissão da participação de relações de poder. Essas nações já desenvolvidas possuem seu capital e seu governo mais estabilizados e dessa maneira as decisões e metas objetivadas focam principalmente em seu bem-estar.

Os estudos acerca dessas relações de poder no desenvolvimento sustentável, tem tentado conciliar essa temática ambiental com as relações Norte-sul, indo além de um sentido geográfico, mas em um sentido econômico e social que os países do Sul enfrentam com seu passado colonial e imperial em comum (HANNIGAN, 2009).

John Hannigan, *apud* Escobar (1996), argumenta sobre o termo Desenvolvimento Sustentável e a maneira como é utilizado para acobertar o desenvolvimento capitalista e o objetivo de “capitalizar a natureza” (p. 87). Esse autor trata, ainda de exemplificar de que maneira um discurso pode ser visto como imposição de poder:

Neste caso e em casos similares, três importantes significados formulados pelo governo militar brasileiro nos anos de 1960 e 1970 prevaleceram: os rios da região eram um obstáculo para a construção de uma rodovia e esforços de colonização; os rios eram uma fonte de energia hidroelétrica para as indústrias de processamento de matéria-prima e para o crescimento de centros de população regional; e as rotas fluviais eram de acesso para o escoamento em transporte oceânico e exportação e matéria-prima a baixo custo. (p. 88)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que de alguns anos até hoje o termo Desenvolvimento sustentável se tornou muito mais conhecido dentro da esfera civil. O que antes se via mais como um debate político, hoje se enxerga dentro da sociedade até mesmo como um estilo de vida, sendo amplamente divulgados em produtos alimentícios, em roupas, em meios de transporte e até em ações sociais de empresas.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis são um claro exemplo da ampliação da discussão para além de órgãos e governos, incentivando a utilização do termo e procurando fazer parte do dia-a-dia da população. Mas os ODS's foram criados a partir de um contexto com extrema importância de se compreender. Dessa forma, com a criação de metas e imposições para o seu cumprimento, vê-se necessário entender de que maneira foram construídas tais metas que estão pautando nossa sociedade e, principalmente, quem as construiu e a custo de que.

Este estudo apresentou exames de diversos teóricos, desde o campo da ciência humana até o campo da ciência biológica, com objetivo de demonstrar a construção da temática sustentável e sua relação com a construção de relações de poder dentro da sociedade internacional.

Através das análises buscou-se salientar um caráter quase apaziguador dentro das conferências ou nas decisões feitas dentro das Nações Unidas. Desde Estocolmo, a dificuldade de consenso de decisões entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos é evidenciada e até hoje protagonizada nos debates.

Os estudos realistas, aqui representados por Carr, demonstram os perigos de uma imposição de moldes políticos dos países desenvolvidos sob os que ainda estão em desenvolvimento, bem como, como o poder tem forte importância dentro de debates internacionais que estão relacionados com a cooperação entre nações.

As conferências desde Estocolmo até a reunião de 2015 que culminou nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, apostam em uma ampliação da

participação, desde grandes empresariados até organizações, com objetivo até mesmo de disfarçar as assimetrias de poder existentes.

Todos os debates e conferências tidos até hoje, trouxeram grandes contribuições com a afirmação do caráter social e cultural da temática, além da ampliação para englobar a desigualdade. Mas ignorar as relações de poder no debate sustentável, dando a este um caráter simplesmente moral e despolitizado é levar para a repetição todas conferências feitas e a conclusões destas, sempre enfraquecendo sanções e ampliando limites para as nações que a não seguem ou apenas procurando criticar, principalmente, as nações subdesenvolvidas que possuem dificuldades em dobro para implementação dessas metas .

Fica exposto assim, a indivisibilidade entre sustentabilidade, poder e economia. Uma discussão e criação de políticas sustentáveis acaba por interferir nos moldes capitalistas atuais, e dessa maneira, interferindo na economia do país e, conseqüentemente, no poder.

Mesmo sendo propagandeado um caráter “opcional” de se engajar nesse compromisso e sendo incentivado um estudo dentro de cada território para a implementação, não se pode negar a influência de poder existente e o constrangimento que este traz dentro da sociedade internacional. As nações, mesmo que passando por diversas questões internas, tentam se mostrar engajadas no cumprimento das metas estabelecidas dos agora vigentes ODS, como maneira de participação, melhor relacionamento e não constrangimento para com as nações desenvolvidas no meio internacional.

Dentro desse recorte, é quase impossível pensar na criação de metas sustentáveis de maneira generalista. Desde a criação do próprio termo Desenvolvimento Sustentável e do valor dele dentro do direito internacional, já são dadas falhas com a razoabilidade da realidade.

Do mesmo modo, países desenvolvidos atualmente se mostram preocupados com questões pertinentes a saúde e bem-estar de suas futuras gerações, trazendo pensamentos a longo prazo. Mas por outro lado, os países menos desenvolvidos ainda possuem questões de grande importância para o bem-estar da sua população na atual geração. Não tendo sanado dificuldades sociais, culturais, políticas e econômicas dentro dos seus próprios territórios.

Mesmo com algumas faltas críticas, como com a concepção de “progresso”, Marx e Engels acrescentam no debate ambiental a questão da alienação do ser

humano e da natureza. Andrioli (2009) identifica nas obras de Karl Marx e Engels o debate acerca das contradições sociais existentes dentro do modelo capitalista de relação a economia e natureza. O autor *apud* Marx, evidencia o modo de produção capitalista como um grande maximizador de criação de mercadorias e produtividade, sendo esse potencializado pelo seu valor de troca. Nessa economia de mercado "a interação entre ser humano e natureza tende a ser eliminada e reduzida à relação de dinheiro" (p.2). Ainda de acordo com o autor, Marx não admite uma possível solução para a questão ambiental sem que haja uma superação da sociedade capitalista e o entendimento das relações humanas com a natureza e sua associação entre as relações materiais e sociais.

A produção nos moldes capitalistas acaba, de certo modo, anulando-se a si mesma, já que a destruição do meio ambiente traz em si um forte impacto negativo na produção e, conseqüentemente, no lucro. Os países subdesenvolvidos são os que melhor exemplificam os problemas sociais de desigualdade e destruições ambientais em uma sociedade capitalista, por terem tido seu modelo industrial induzido. Mesmo sendo um problema de todo globo, a crise ambiental acaba por ser sentida de maneira mais fortes naqueles países mais rurais e menos industrializados (ANDRIOLI, 2009).

Ademais, com esse estudo procuro expor a dificuldade de se entregar uma definição única para o Desenvolvimento sustentável, visto que esse não pode ser enxergado como algo singular dentro do sistema internacional. Pois, como está diretamente ligado diretamente ao poder, é igualmente fluído. Dessa forma uma definição fechada se mostra enfraquecida frente a uma definição mais ampla.

Assim, concluímos que o debate acerca do desenvolvimento sustentável e as responsabilidades que estão intrinsecamente ligadas a ele ainda estão longe de entrarem em consenso. Com a identificação das relações de poderes na criação do discurso, ainda há de se encontrar dificuldades de inclusão efetiva daqueles Estados periféricos. Ademais de que na sociedade atual não se é possível pensar em uma divisão entre a criação de uma sociedade sustentável e a luta pela desigualdade social em nações subdesenvolvidas. Mas também não se deve menosprezar a força e influência que as relações de poder possuem nas tomadas de decisões, procurando sempre a manutenção de seu *status Quo*.

REFERÊNCIAS

Agenda 21. Sustainabledevelopment.un.org. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&nr=23&type=400&menu=35>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

ANDRIOLI, A. I. **A atualidade do marxismo para o debate ambiental.** Revista Espaço Acadêmico, v. 9, n. 98, p. 01-08, 2 jul. 2009.

ANGELL, NORMAN. **A Grande Ilusão.** 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BARONI, Margaret. **Ambiguidades e deficiências do conceito de Desenvolvimento Sustentável.** Administração de empresas, v. 32, n. 2, p. 14 - 24, 1992.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Tradução . Brasília: UnB, 2007.

CARR, E. **Vinte anos de crise.** Tradução . Brasília: ED. Universidade de Brasília, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Drive.google.com. Disponível em: <[https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-
agora.jegueajato.com/Michel+Foucault/Microfisica+do+Poder+\(465\)/Microfisica+do+
Poder+-
+Michel+Foucault?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf](https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-
agora.jegueajato.com/Michel+Foucault/Microfisica+do+Poder+(465)/Microfisica+do+
Poder+-
+Michel+Foucault?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2020

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** Tradução . 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Carla Amado. **A insustentável leveza do "princípio de desenvolvimento sustentável".** In: RUIZ, José; FRANCH, Valentín; COUTINHO, Francisco. Desarrollo Sostenible y Derecho Internacional. Valencia: Tirant lo blanch, 2008. p.21-38

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental.** Tradução. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

LACERDA, G. **Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo.** Revista Intersaberes, v. 1, n. 1, p. p. 56 - 77, 2006.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

MATHIAS, Meire. **Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais**. Espaço acadêmico, v. 175, p. 69 - 75, 2015.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos avançados, v. 26, n. 74, p. 51 - 64, 2012.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. **Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios**. Ciência & saúde coletiva, v. 17, n. 6, p. 1447 - 1456, 2012

QUEIROZ, C. **Direito Internacional e Relações Internacionais**. Tradução. 1. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

ROMA, Júlio Cesar. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Cienc. Cult., v. 71, n. 1, p. 25-55, 2019

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: Instrumentos, Esferas de ação e Educação Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007

UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Agenda 21**. Rio de Janeiro: [s.n.] .

UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **O Futuro Que Queremos**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

WITTE, Gisele. **A Grande Ilusão, de Norman Angell**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 21 Jan. 2012. Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/resenhas/direito-internacional/218990-a-grande-ilusao-de-norman-angell. Acesso em: 30 Mar. 2020

MAURÍCIO, Ana Fabíola. **Entrevista a Andreas Huyssen**. Revista Comunicação & Cultura (Universidade Católica Portuguesa), n.º 7, 2009, pp. 141-151

GIDDENS, A. Foucault, Nietzsche e Marx. In: GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.